



# SEMINÁRIO INTERNACIONAL CONSTRUÇÃO DA RESILIÊNCIA AGROECOLÓGICA EM REGIÕES SEMIÁRIDAS CAMPINA GRANDE (PB) 21 A 23 DE JANEIRO DE 2015

“A seca nos ensina a construir a resiliência”

*Cerca de 150 pessoas participaram do Seminário Internacional Construção da Resiliência Agroecológica em Regiões Semiáridas, realizado entre os dias 21 a 23 de janeiro de 2015, na cidade de Campina Grande, Paraíba. Esta carta apresenta uma síntese dos conteúdos e propostas produzidas durante o evento, que foi organizado pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e pelo Instituto Nacional do Semiárido (INSA/MCTI).*

Desertificação e mudanças climáticas são fenômenos atuais que se alimentam mutuamente e cujo enfrentamento exige medidas e políticas públicas abrangentes e integradoras. As causas desses fenômenos têm raízes no modelo de desenvolvimento predominante, que se caracteriza pelo consumo insustentável dos recursos naturais associado à concentração da renda e de meios de produção como a terra. Sendo assim, soluções pela via do mercado, como créditos de carbono, ou puramente tecnológicas, como sementes resistentes à seca, refletem concepções compartimentalizadas que tendem a ser pouco efetivas ou podem mesmo reforçar tanto a desertificação como as mudanças climáticas. Da mesma forma, a aposta em grandes monoculturas para produção de agrocombustíveis, tidos como solução para a crise energética, aumenta a dependência por agroquímicos e a demanda por terra, cuja obtenção no geral se dá à custa de desmatamento ou da remoção de comunidades locais.

A agroecologia, como enfoque para o desenvolvimento rural, por outro lado, tem se mostrado capaz de articular dimensões sociais, econômicas e ambientais na criação de alternativas. É o que se vê, por exemplo, na agricultura familiar no Semiárido brasileiro, que vem promovendo processos de intensificação da produção baseados na valorização dos recursos locais, no emprego de tecnologias e práticas de manejo que diversificam os sistemas produtivos com atividades que se complementam e permitem a formação de estoques (água, forragem, alimentos e sementes) e uma maior circulação de nutrientes dentro do agroecossistema.

Aspectos como esses ligados à maior autonomia, resiliência e sustentabilidade dos sistemas familiares em transição agroecológica foram revelados com os primeiros resultados produzidos pela pesquisa *Sistemas Agrícolas Familiares Resilientes a Eventos Ambientais Extremos no Contexto do Semiárido Brasileiro*, que está sendo conduzida pela parceria entre a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e o Instituto Nacional do Semiárido (INSA/MCTI). Os estudos de campo em curso nos nove estados da Federação que compõem o Semiárido também foram unânimes ao identificar uma tendência de minifundização das unidades produtivas na região e a reafirmar a democratização da terra como elemento determinante para a reprodução da agricultura familiar e das comunidades tradicionais.

REALIZAÇÃO



PARCERIA



APOIO



COFINANCIADO





Seminário Internacional  
**Construção da Resiliência  
Agroecológica em  
Regiões Semiáridas**  
Campina Grande PB- 21 a 23 de Janeiro de 2015

## SEMINÁRIO INTERNACIONAL CONSTRUÇÃO DA RESILIÊNCIA AGROECOLÓGICA EM REGIÕES SEMIÁRIDAS

CAMPINA GRANDE (PB) 21 A 23 DE JANEIRO DE 2015

Com efeito, a incorporação nos agroecossistemas de estratégias que aumentem sua sustentabilidade resulta da ação de redes que promovem o reconhecimento e a valorização dos saberes locais e os articulam a conhecimentos científico-acadêmicos. Contudo, há que se destacar que os programas de convivência com o Semiárido implementados pela ASA foram formulados a partir desse diálogo de saberes locais e do reconhecimento da importância das estratégias dos agricultores de constituir estoques. São exemplos de políticas públicas construídas a partir das experiências locais.

Nesse sentido, a pesquisa ASA-INSA também está mostrando que esse encontro se dá em espaços de formação e de intercâmbios e no fortalecimento de vínculos comunitários e da participação social de homens, mulheres e jovens. Favorecer a constituição desses ambientes de aprendizado, trocas e mobilização deve ser parte constituinte das políticas para o desenvolvimento rural. As políticas coerentes com a transição agroecológica são aquelas que fortaleçam as organizações locais e seus processos de inovação e mobilização.

Levando em consideração esses elementos, os participantes do *Seminário Internacional Construção da Resiliência Agroecológica em Regiões Semiáridas* propõem que:

- O Estado brasileiro deve assumir o acesso à terra, água e à biodiversidade como política estruturante para construção da resiliência, adaptação, mitigação e soberania alimentar nas zonas semiáridas e subúmidas secas;
- As políticas públicas para o Semiárido devem ter enfoque territorial e ser formuladas e executadas pelos atores do próprio território, favorecendo sistemas de autogestão;
- O Governo brasileiro deve enviar ao Congresso Nacional projeto de lei que institucionalize a política de combate à desertificação, tendo como pilar as estratégias de convivência;
- O Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 deve assegurar recursos para essa política;
- A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e o combate à desertificação devem ser ações que articulem diferentes órgãos de governo;
- As políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e de combate à desertificação devem integrar pesquisa, ATER, diálogo de saberes e valorização dos conhecimentos locais;
- As políticas para agricultura familiar devem ter enfoque agroecológico;
- As universidades, a Embrapa e os demais centros de pesquisa devem incorporar nas suas agendas o enfoque da pesquisa participativa e transdisciplinar;
- A educação do campo e a formação dos jovens rurais devem ser contextualizadas, na perspectiva de sua cidadania plena no mundo atual;
- As mulheres devem ser empoderadas e seu papel de guardiã de conhecimentos e da biodiversidade deve sair da invisibilidade.

REALIZAÇÃO



PARCERIA



APOIO



COFINANCIADO

